

## **ATA DA 33ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e oito (23.09.2008), às nove horas e trinta minutos (09h30min), no plenário dos Colegiados, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para sua 33ª (trigésima terceira) Sessão Extraordinária, sob a presidência da Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães. Registrou-se as ausências justificadas dos Drs. João Rodrigues Filho e Vera Nilva Álvares Rocha. Verificada a existência de *quorum*, a Presidente declarou aberta a sessão, dando conhecimento da **pauta**, que consistiu em: 1) Apreciação de Atas; 2) Planos de Metas para o ano de 2009; e 3) Outros. Dando início aos trabalhos, foram colocadas em apreciação as **Atas da 21ª Sessão Ordinária**, da **32ª Sessão Extraordinária** e da **Sessão Solene de Posse dos Promotores de Justiça Substitutos**, que restaram aprovadas à unanimidade. Antes de adentrar ao segundo item da pauta, colocou-se em discussão o conceito de “metas” no âmbito institucional, a fim de analisar com maior precisão as propostas a serem apresentadas pelos Centros de Apoio Operacional – CAOP's. Após longo debate sobre o tema, a Dra. Elaine Marciano Pires sintetizou as idéias de seus pares, sugerindo a definição de metas como “alvos a serem perseguidos pelos órgãos de execução do Ministério Público, no âmbito de suas atribuições exclusivas, conferidas em lei, de caráter vinculativo e não meramente elucidativo”, que restou acatada à unanimidade. Passou-se, então, à deliberação acerca dos **planos de metas para o ano de 2009**. Com a palavra, o Dr. José Omar de Almeida Júnior, Coordenador do **CAOP do Consumidor**, apresentou a proposta de metas, ressaltando a continuidade da força-tarefa em parceria com órgãos relativos ao consumidor em todo o estado. Em votação, foram homologadas à unanimidade, as seguintes metas: **1) Ação conjunta para regularização da qualidade e preço da energia elétrica no estado, com a designação de perícia técnica para medição; 2) Regularização do abate de carne bovina e derivados; e 3) Designação de força-tarefa para realizar levantamentos acerca da qualidade da água em todo o estado**, além de, como ação prioritária, o CAOP do Consumidor fortalecer todos os promotores do interior

para implantação e regularização da vigilância sanitária municipal. Logo após, o Dr. José Omar pediu licença para se retirar da reunião por encontrar-se em recuperação pós-cirúrgica. Dando prosseguimento, o Dr. José Demóstenes de Abreu, Coordenador do **CAOP da Infância e Juventude**, explanou acerca da proposta de metas sugeridas pelo CAOIJ para o ano de 2009: **1) Defesa do Direito Humano à Educação; 2) Fortalecimento dos Conselhos e Fundos; 3) Estruturação do Sistema Estadual de Atendimento Sócio-Educativo – SINASE; 4) Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária; e 5) Combate à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.** Com relação ao tema educação, o Dr. Marco Antônio Alves Bezerra ressaltou que o CAOPIJ deve atuar apenas na esfera do ensino básico, cabendo ao CAOP da Cidadania a atuação perante os ensinos de nível médio e superior. Já o Dr. Cesar Augusto Margarido Zaratín apresentou proposta no sentido de incluir, junto à ação referente ao estabelecimento de medidas judiciais e extrajudiciais para instalação de abrigos, a busca por condições adequadas para o encaminhamento de menores abandonados para a adoção. Em votação, a proposta de metas restou homologada à unanimidade, com as ressalvas apresentadas pelos Drs. Marco Antônio e Cesar Zaratín. Logo após, o Dr. Ricardo Vicente da Silva, Coordenador do **CAOP dos Direitos Humanos**, colocou em discussão as sugestões de metas, propondo, em seguida, a adoção de apenas dois (2) itens de um total de três (3) apresentados, visto que o outro ponto se referia a ações já executadas pelo CAOPDH, restando assim elencadas: **1) Criação dos Conselhos Municipal e Estadual dos Direitos Humanos; e 2) Implementação da Campanha de Acessibilidade nas comarcas do interior.** Em votação, a proposta foi acatada à unanimidade. A presente sessão foi suspensa às onze horas e trinta minutos (11h30min) e reiniciada às dez horas e quinze minutos (10h15min) do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e oito (24.09.2008). Constatou-se as ausências justificadas dos Drs. José Omar de Almeida Júnior, Vera Nilva Álvares Rocha, João Rodrigues Filho e Ricardo Vicente da Silva. Dando continuidade à apreciação dos planos de metas para o ano de 2009, a Dra. Angélica Barbosa da Silva, Coordenadora do **CAOP Criminal**, apresentou

proposta, indicando quatro (4) metas para votação, de um total de cinco (5) apresentadas, excluindo, assim, o item referente ao convênio junto à Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD, visto se tratar de atribuição afeta à Chefia da Instituição, restando deliberadas: **1) Combate à corrupção; 2) Combate à prostituição infantil; 3) Combate à violência repressiva e efetivo controle externo da atividade policial; e 4) Implementação da Lei de Execução Penal – LEP.** Acerca do assunto, o Dr. Marco Antônio sugeriu as seguintes ações para o CAOCRIM: 1. informatização, para criação de banco de dados visando consultas por parte dos promotores criminais; 2. orientação aos promotores de justiça para interpirem embargos de declaração nas decisões que decretam a prisão preventiva ou as mantêm na pronúncia, quando carentes de fundamentação; e 3. a implantação do Patronato em todas as comarcas onde haja execução penal. Ainda sobre o tema, o Dr. Cesar Zaratini sugeriu que se orientasse aos promotores de justiça acerca dos benefícios do uso da oralidade. Colhidos os votos, a proposta de metas e as sugestões complementares foram aprovadas à unanimidade. Em seguida, a Dra. Elaine Marciano, Secretária, procedeu à leitura da proposta de metas do **CAOP da Mulher**, em virtude da ausência, em razão de férias, da Dra. Vera Nilva, Coordenadora do referido Centro de Apoio: **1) Ações de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher; e 2) Divulgação e implementação do convênio do exame de DNA.** Em votação, a proposta restou aprovada à unanimidade. Logo após, o Dr. José Demóstenes se retirou da sessão em virtude de compromissos particulares. Dando prosseguimento, o Dr. Marco Antônio, Coordenador do **CAOP da Cidadania** apresentou a proposta de **Meta: Zelar pelas ações e serviços de saúde da Atenção Básica**, acatando-se, dessa maneira, a meta principal do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – CNPG, inserida no Plano de Atuação Bial elaborado pelo Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, bem como no Plano Nacional de Atuação Ministerial em Saúde Pública, elaborado pela Comissão Permanente em Defesa da Saúde – COPEDS. Em votação, a proposta foi homologada à unanimidade. Em seguida, o Dr. Alcir Raineri Filho, Coordenador do **CAOP do Patrimônio Público** apresentou a proposta de

metas: **1) Formação e aperfeiçoamento dos quadros institucionais, objetivando a adequação do perfil dos membros do Ministério Público para o desenvolvimento de atividades investigatórias; 2) Combate à corrupção; e 3) Atuação contra fraudes realizadas pelo Banco Matone ou prefeituras, em empréstimos consignados em folha de pagamento de servidores.** Com a palavra, o Dr. Marco Antônio propôs, como ação, o recadastramento de todos os servidores públicos, estaduais e municipais, visando um maior controle quanto aos “funcionários fantasmas”. Acerca do assunto, a Dra. Leila Vilela ressaltou a importância de se incentivar denúncias no Ministério Público para apurar tais irregularidades. Em votação, a proposta de metas apresentadas pelo CAOP do Patrimônio Público restou aprovada à unanimidade, bem como a ação sugerida pelo Dr. Marco Antônio. Por fim, o Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira, Coordenador do **CAOP do Meio Ambiente**, explanou acerca da proposta de metas do CAOMA para o ano de 2009, que, em votação, restou homologada à unanimidade: **1) atingir 30% das propriedades rurais do estado, acima de 1000 hectares, com procedimentos judiciais ou extrajudiciais instaurados para averbação e recuperação das reservas legais e recuperação das áreas de preservação permanente; 2) exigir, em 30% dos municípios do Estado do Tocantins, a correta destinação final e o tratamento de seus resíduos sólidos; 3) diminuir, em 30% dos municípios, a poluição sonora através de medidas genéricas dirigidas aos Poderes Públicos Estadual e Municipais; 4) 30% dos cemitérios dos municípios do Estado do Tocantins regularizados de acordo com a legislação; e 5) pelo menos um loteamento de cada município regularizado de acordo com a legislação.** Nada mais havendo, a sessão foi encerrada às doze horas e trinta minutos (12h30min), do que, para constar, eu, \_\_\_\_\_, Elaine Marciano Pires, lavrei a presente, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.

Leila da Costa Vilela Magalhães

José Omar de Almeida Júnior



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO TOCANTINS

Colégio de Procuradores de Justiça

(continuação da Ata da 33ª Sessão Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça)

Alcir Raineri Filho

Angélica Barbosa da Silva

José Demóstenes de Abreu

Clenan Renaut de Melo Pereira

Ricardo Vicente da Silva

Cesar Augusto Margarido Zaratini

Marco Antônio Alves Bezerra

Elaine Marciano Pires